

de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.204, de 2015, de 14 de dezembro de 2015, que em seu Inciso X do art. 2º, que estabelece a criação da comissão de seleção, o qual será um órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública; CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 1.835, de 05 de setembro de 2017, que regulamenta regras e procedimentos para celebração de parcerias ente Administração Pública do Estado do Pará e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação e para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, na execução de atividades ou projetos previamente estabelecidos em plano de trabalho, será processada de acordo com Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 1.835, de 05 de setembro de 2017, que em seu Inciso I do art. 4º, que compete aos titulares de órgãos e entidades estaduais a designar a comissão de seleção do chamamento público para celebração da parceria entre os Administração Pública do Estado do Pará e as Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de firmar termos de colaboração e fomento visando a promoção de ações e atividades voltadas ao interesse público em parceria do Ministério Público Estadual com as Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO que os atos normativos acima descritos determinam a instauração de uma Comissão de Seleção como órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos e os casos de dispensa ou inexistência de chamamento público;

RESOLVE:
Art. 1º Instituir, como órgão colegiado, a Comissão de Seleção e instaurar o procedimento administrativo necessário para o Chamamento Público, com o objetivo de celebrar parceria por meio de termo de colaboração, cujo objeto será a realização do projeto intitulado "Gestão de conflitos territoriais rurais nos municípios de Santarém e Castanhal".

Art. 2º A Comissão de Seleção será composta por 5 (cinco) integrantes: 1º - 1 (um) membro do Ministério Público do Pará;

2º - 3 (três) servidores públicos do Ministério Público do Pará, assegurada a participação de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro pessoal da Administração Pública;

3º - 1 (um) servidor público da Universidade Federal do Pará, haja vista que o objeto de parceria contemplará a participação da autarquia pública federal, conforme prevê o termo de referência do projeto intitulado "Gestão de conflitos territoriais rurais nos municípios de Santarém e Castanhal".

Art. 3º O integrante da Comissão de Seleção a que ora se constitui deverá se declarar impedido de participar do processo quando verificar que:

1º - tenha mantido, nos últimos cinco anos, relação jurídica com quaisquer das organizações participantes do chamamento público, notadamente:

I - tenha participado, como associado, dirigente ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público;

II - tenha prestado serviço a qualquer organização da sociedade civil proponente, com ou sem vínculo empregatício;

III - tenha recebido como beneficiário, dos serviços de qualquer organização da sociedade civil proponentes;

IV - tenha realizado doação a organização da sociedade civil proponentes

2º Será impedido de integrar a Comissão de Seleção, como membro, o servidor ou empregado público com parentesco até 2º (segundo) grau em relação a quaisquer dos dirigentes da organização da sociedade civil proponente ou da autoridade responsável pelo chamamento e parceria.

Parágrafo Único: Nas hipóteses dos § 1º e 2º, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro a ser nomeado oportunamente, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de atuação da comissão.

Art. 4º Designar, para compor a referida Comissão, os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

Helena Maria de Oliveira Muniz Gomes (Promotora de Justiça – Matrícula nº 999.392)

Antônia Carleana Soares Moura (Técnico contador – Matrícula nº 999.1780)

Luiz Thomaz Conceição Neto (Técnico contador – Matrícula nº 999.1993)

Márcio Antonio Cunha Solimões (Auxiliar de Administração – Matrícula nº 999.1111)

Professora Doutora Luly Rodrigues da Cunha Fischer (UFPA)

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Belém/PA, 30 de novembro de 2017

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 257355

CONTRATO

Nº. DO CONTRATO: 128/2017-MP/PA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa FABRICIO SONCINI EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA – ME, (CNPJ nº. 10.717.639/0001-46)

Objeto: Aquisição de HD externo

Data da Assinatura: 04/12/2017

Vigência: 05/12/2017 a 04/06/2018

Valor Global: R\$ 89.210,88 (oitenta e nove mil, duzentos e dez reais e oitenta e oito centavos)

Dotação Orçamentária: Classificação: 12101.03.122.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público;

Elemento: 4490-52 – Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 0301 – Recursos Ordinários.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja

Protocolo: 257235

Nº. DO CONTRATO: 127/2017-MP/PA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2017-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa PORTELA LOGISTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, (CNPJ nº. 16.911.267/0001-70)

Objeto: Aquisição de HD externo

Data da Assinatura: 04/12/2017

Vigência: 05/12/2017 a 04/06/2018

Valor Global: R\$ 49.335,00 (Quarenta e nove mil e trezentos e trinta e cinco reais)

Dotação Orçamentária: Classificação: 12101.03.122.1434.8326 – Gestão de Tecnologia da Informação do Ministério Público;

Elemento: 4490-52 – Equipamentos e Material Permanente;

Fonte: 0301 – Recursos Ordinários.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja

Protocolo: 257225

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NÚM. DA INEXIGIBILIDADE: 030/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA (CNPJ 07.777.721/0001-51).

Objeto: Renovação anual do produto JML (plano 02), composto pelos produtos Parecer JML por escrito, Revista JML de Licitações e Contratos, Web Licitações e Contratos Administrativos (7 acessos).

Valor Total: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, I, da Lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 01/12/2017.

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 257089

NÚM. DA INEXIGIBILIDADE: 031/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa concessionária CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ (CELPA) (CNPJ 04.895.728/0001-80).

Objeto: Compra de Energia Regulada e uso do Sistema de Distribuição para atender às necessidades do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Abaetetuba/PA.

Custo Mensal estimado: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 30/11/2017.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins

Protocolo: 257087

NÚM. DA INEXIGIBILIDADE: 032/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa MARIA CRISTINA FERNANDES KAHL-ME (CNPJ 02.611.164/0001-80).

Objeto: Realização do curso "ESOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO".

Valor Total: R\$ 14.750,00 (quatorze mil, setecentos e cinquenta reais).

Fundamento Legal: Art. 25, II, da Lei 8.666/93.

Data da Assinatura: 30/11/2017.

Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 257202

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta do Processo nº 103/2017-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 056/2017-MP/PA, empreitada por preço global, no tipo menor preço e, diante do julgamento da Pregoeira, designada pela PORTARIA Nº **5558/2017-MP/PGJ**, de 28/08/2017, homologo o resultado do certame mencionado a favor da empresa abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:

00.441.200/0001-80 - SERGIO MACHADO REIS – EPP

Item 1 – valor mensal de R\$ 2.490,00;

Valor Global do certame R\$29.880,00.

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.

Belém-PA, 04 de dezembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 257453

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2017-MP/PA

OBJETO: registro de Preços para Serviços de Certificação Digital do Tipo A3 para Pessoa Física (E-CPF), Padrão ICP-BRASIL, com Prazo de Validade De 3 (Três) Anos, para os Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Pará

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta do Processo nº 165/2017-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 055/2017-MP/PA, empreitada por preço global por lote, no tipo menor preço e, diante do julgamento da Pregoeira, designada pela PORTARIA Nº **5539/2017-MP/PGJ**, de 28/08/2017, homologo o resultado do certame mencionado a favor da empresa abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:

CNPJ 18.799.897/0001-20 - DIGISEC - CERTIFICACAO DIGITAL EIRELI – ME

LOTE 01.....R\$ 46.647,50.

LOTE 02.....R\$ 45.057,50.

Valor Global Estimado do Certame: 91.705,00.

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.

Belém-PA, 04 de Dezembro de 2017.

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo: 257261

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 8308/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à ADLEER CALDERARO SIROTHEAU, PROMOTOR DE JUSTIÇA, Matrícula nº 999.1556, lotado na Promotoria de Justiça de Alenquer, a importância de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 20/11/2017 a 23/12/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.600,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 1 de dezembro de 2017.

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 257343

PORTARIA Nº 8310/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à PAULO SERGIO BASTOS DE ALMEIDA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1140, lotada na promotoria de justiça de São Miguel do Guamá, a importância de R\$ 1.970,00 (mil novecentos e setenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 30/11/2017 a 23/12/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos